



Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Sequoia Logística e Transportes S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração

Relatório do conselho fiscal

Relatório do comitê de auditoria

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstração do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	15

Relatório da administração da Sequoia Logística e Transportes S.A.

Prezados Senhores,

A Administração da Sequoia Logística e Transportes S.A. (“Companhia”) submete à sua apreciação o Relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da administração

Em um ano desafiador, com a deterioração do cenário macroeconômico, apresentamos um crescimento de dois dígitos (18,6%) e seguimos com ações e estratégias para continuar crescendo e nos consolidando, com rentabilidade.

O ano de 2022, em especial os dois últimos trimestres, apresentou um cenário macroeconômico bastante desafiador para o nosso país. A forte alta de 49% na taxa básica de juros da economia (“Taxa Selic”, que saiu de 9,25% no final de 2021 para 13,75% no final de 2022), bem como no preço dos combustíveis (alta de 44%, com o “preço médio revenda” do diesel saindo de uma média de R\$ 4,56 em 2021 para R\$ 6,57 em 2022), com um maior endividamento das famílias e inadimplência³, afetou fortemente o poder de compra dos consumidores. Em adição, no 4º trimestre de 2022, tivemos um calendário atípico, com a Copa do Mundo da Fifa sendo realizada no final do ano e com a estreia do Brasil na véspera da Black Friday.

De acordo com estudo divulgado pela Neotrust¹, em 2022, a Black Friday teve queda de 28% quando comparada ao ano anterior. Adicionalmente, de acordo com outro estudo, realizado pela Nilesen|Ebit², o e-commerce brasileiro cresceu apenas **1,6%** ante o ano anterior. Houve ainda, de acordo com a Nielsen, uma redução de **7,5%** no ticket médio nas compras online no ano de 2022 - entre os principais motivos, destaca-se o cenário macroeconômico. Importante também mencionar que a base de comparação do ano passado para a Sequoia é bastante elevada - período no qual a Companhia apresentou forte crescimento.

Apesar do cenário adverso, apresentamos crescimento anual de **52%** no número de pedidos, com destaque para o aumento de **58%** nos pedidos do B2C. A Receita Bruta atingiu **R\$ 2,1 Bilhões** em 2022, um aumento de quase **20%**. O aumento superior em número de pedidos se deveu à redução do ticket médio, tendência que já fora observada por nós desde o 3T22, reflexo da redução do poder de compra dos consumidores, e de ajustes em nossa estrutura de atendimento na categoria de itens Pesados, processo que vem sendo realizado desde o 3T22, em conjunto com o negócio de B2B.

No negócio de B2B, tivemos um crescimento inferior em 2022, de 6% em número de pedidos e de 0,3% em Receita Bruta. Os ajustes de estrutura mencionados acima, na categoria de

¹ Segundo reportagem divulgada no portal E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/no-brasil-black-friday-enfrenta-sua-primeira-queda-desde-o-inicio-das-promocoes>

² Segundo reportagem divulgada no portal E-commerce Brasil: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-fatura-r-262-bilhoes-em-2022>

³ Segundo pesquisa divulgada pela CNC: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/01/19/endividamento-das-familias-brasileiras-bate-recorde-em-2022-aponta-cnc.ghtml>

Pesados, estão conectados e podem ser agrupados dentro do mesmo Projeto, que chamaremos aqui de “Projeto de Reestruturação B2B e Pesados”. Este projeto, iniciado no 3T22, tem como objetivos principais, entre outros: (i) otimizar a infraestrutura de centros de distribuição, bases e hubs, (ii) aumentar a eficiência operacional, (iii) adequação de custos fixos e SG&A, (iv) realizar o distrato de clientes com margens deficitárias (“*churn* forçado”), (v) realizar reajustes e revisões de tabelas de preços e, (vi) realizar a integração das malhas B2C leve e B2B leve.

Naturalmente, como qualquer processo de reestruturação, existe um período de redução de faturamento e aumento de custos e despesas (especialmente relacionado a rescisões). No entanto, acreditamos ser um mal necessário para colhermos bons frutos no médio/longo prazo, com uma operação mais integrada, enxuta, eficiente, sustentável e rentável.

Com isso, tivemos um Lucro Bruto Ajustado de R\$ 326,4 milhões, 16,2% acima de 2021, atingindo Margem Bruta Ajustada de 18,1% (0,4 p.p. abaixo do ano anterior), efeito da pressão inflacionária dos combustíveis, da menor diluição dos custos fixos e, do período de ociosidade observado nas rotas que foram descontinuadas. Apesar da redução, as operações do B2C Leve, e do B2B na categoria expressa, seguem apresentando margens saudáveis para a Companhia.

Em contrapartida, o EBITDA Ajustado alcançou **R\$ 232,1 Milhões** em 2022, um **crescimento de 14,8%** com uma Margem de 12,9%. Tal resultado demonstra a nossa capacidade de realizar, com agilidade, as melhorias necessárias em nossa estrutura de Despesas para melhor enfrentar um cenário macroeconômico desafiador. Em linha com estas melhorias, em 30 de dezembro de 2022 realizamos a incorporação dos CNPJs da Plimor e da Direcional (adquiridas da Companhia) na nossa subsidiária TA (Transportadora Americana), com enormes ganhos de eficiência a serem capturados nos meses subsequentes.

Não menos importante, em dezembro de 2022, alongamos o nosso endividamento, mantendo nossa taxa média de juros anual, com a emissão de 300.000 debêntures simples, com distribuição majoritariamente **pública**, no montante de **R\$ 300 milhões**, prazo de 5 anos, com 2 anos de carência de principal. Novamente, mesmo em um cenário desafiador, com o mercado de crédito começando a se restringir, tivemos sucesso em nos antecipar, garantindo a sustentabilidade do nosso negócio de forma ágil e eficiente.

Por fim, neste trimestre também divulgamos nosso primeiro Relatório anual de Sustentabilidade, que resume os resultados, avanços e compromissos voltados à nossa visão de futuro para a Sequoia: **Ser o provedor logístico preferido, com soluções tecnológicas integradas e inovadoras e tornando-se o maior ecossistema sustentável de logística do Brasil.**

2022 foi um ano de grandes desafios, mas também nos trouxe muitos aprendizados e evoluções. Seguimos crescendo e esperamos para o ano de 2023 avançarmos cada vez mais com foco em rentabilidade e geração de caixa, mantendo nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade aos nossos clientes.

Investimentos

Historicamente, os investimentos da Companhia são, em sua maioria, direcionados: (i) à expansão e automação dos Centros de Distribuição, Hubs e Filiais, com a ampliação da capilaridade e reflexo positivo na eficiência operacional da Companhia; e (ii) à capacitação

tecnológica de armazenagem e processamento de dados, desenvolvimento de softwares e processos de integração com novos clientes.

Em 2022, o CAPEX atingiu R\$ 59,6 milhões, representando 3,3% da Receita operacional líquida, em linha com o histórico da Companhia.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Alavancagem Financeira da Companhia (dívida líquida / EBITDA) foi de 2,0x (0,4x superior ao nível de alavancagem de 31 de dezembro de 2021).

Ao final do ano, foram emitidas 300.000 debentures no valor total de R\$ 300 milhões de reais, com vencimento em 5 anos, 2 anos de carência de amortização do principal e com um custo de CDI + 2,75% ao ano. Os recursos captados por essa emissão foram destinados para o pré-pagamento do endividamento de curto-prazo e para reforçar o capital de giro da Companhia, com manutenção de estrutura de capital saudável, além de melhora significativa no perfil da dívida.

Destaca-se ainda que a Companhia segue adimplente com todos os seus covenants de endividamentos.

Agenda ESG

Neste ano, divulgamos a primeira edição do Relatório de Sustentabilidade da Sequoia, elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e as Normas SASB, da Value Reporting Foundation (VRF). Este Relatório demonstra nossa consciência sobre o impacto socioambiental das nossas operações e sobre a importância da implementação de boas práticas objetivando reduzir o uso de recursos naturais, a geração de resíduos, e principalmente as emissões de gases de efeito estufa.

No caminho da descarbonização, a companhia também publica seu primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), seguindo as diretrizes do GHG Protocol, principal metodologia no Brasil para contabilização das emissões nos escopos 1 (frota própria), 2 (consumo de energia nos CDs) e 3 (frota agregada).

Seguindo os pilares estratégicos da nossa agenda ESG: Emissões & Resíduos, Mobilidade, Comunidade e Motoristas seguimos na missão de tornar a Sequoia a melhor integradora logística com impacto socioambiental positivo. Nesse sentido, destacamos as iniciativas recentes:

- Publicação interna da Política Integrada de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, onde estabelecemos o direcionamento da Sequoia referente à gestão dos processos e serviços voltados aos temas citados;

- Expansão do Programa de Reciclagem: Implantação de coleta seletiva, no setor administrativo e operacional, em duas filiais e aplicação do treinamento de ESG e Coleta Seletiva para 314 colaboradores;
- Adoção da prática “Papel Zero”: redução do parque de impressoras nas áreas administrativas e implantação de controle de acesso, onde somente as impressões de documentos legais e obrigatórios, com autorização serão realizadas;
- Aplicação do Censo de Diversidade para os colaboradores do time administrativo, com a missão de promover um ambiente de trabalho mais respeitoso e inclusivo, valorizando as diferenças e assegurando que cada colaborador tenha o desenvolvimento dos seus talentos e potencialidades,
- Aplicação da Pesquisa Social entre Motoristas Próprios do Grupo Sequoia, abordando temas como: saúde, segurança viária, condições de trabalho, cidadania, educação, entre outros;
- Campanha "A Fantástica Logística" (Dia das Crianças): com o objetivo de engajar os colaboradores e melhorar o clima, além de reforçar o princípio “Apaixonados por Logística”, desenvolvemos a campanha para abordar o nosso segmento com os filhos dos colaboradores;
- Campanhas de saúde, “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, para a promoção de ações educativas de proteção à saúde, buscando melhor qualidade de vida aos nossos colaboradores. Nestes meses, incentivamos a realização de exames de mamografia e testes rápidos de PSA (antígeno prostático específico). Também publicamos comunicados sobre a regularização do esquema vacinal, sobre a recomendação do uso de máscaras, sobre o Dia da Consciência Negra (webinar) e sobre o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Governança corporativa

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável.

Novo Mercado: A Sequoia é a 155ª listada no Novo Mercado, segmento com os mais elevados padrões de governança corporativa, cujos recursos captados com a abertura de capital foram direcionados para expandir a sua atuação mediante aquisições e investimentos em automação logística e em novas tecnologias.

Administração: O Conselho de Administração da Sequoia é composto por 6 conselheiros, sendo 5 independentes e 1 conselheira mulher. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por 5 diretores. A lista com nome, descrição de cargo e breve currículo dos administradores pode ser encontrada na área de Governança no website ri.sequoialog.com.br.

Comitê de Auditoria: é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e que tem como objetivo a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa da Companhia, bem como a estruturação de

processos relacionados à gestão de riscos a revisão das demonstrações financeiras. Atualmente, o Comitê é composto por 3 membros, sendo 2 membros independentes, conforme orientação constante do Regulamento do Novo Mercado.

Ética e Compliance: A Companhia possui um Código de Conduta e Ética que trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta. Em qualquer relação, espera-se que todos respeitem as orientações previstas no Código de Conduta e Ética e demais políticas internas complementares. A Companhia possui uma área de Compliance, responsável pelas rotinas de conformidade e controles, que conduz o recebimento e a apuração de denúncias sobre o descumprimento às normas de governança, os treinamentos e a divulgação das normas, códigos e diretrizes de Compliance.

Relacionamento com o auditor independente

Ao longo do exercício de 2022, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

CONSELHO FISCAL

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

PARECER Nº 001/2023

CNPJ 01.599.101/0001-93

Parecer Conselho Fiscal

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do exercício findo
31 de dezembro de 2022**

O Conselho Fiscal da Sequoia Logística e Transportes S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame das **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ANUAIS** e do **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2022**, aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 29 de março de 2023, referentes ao exercício social findo em **31 de dezembro de 2022** à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., datado de 29 de março de 2023, sem ressalvas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade de votos, é de opinião que os referidos documentos refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Sequoia Logística e Transportes S.A. e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 29 de março de 2023.

José Maria Wanderley Junior

Presidente do Conselho Fiscal

Marcelo Martins Louro

Conselheiro Fiscal

Diego Ugayama Bassi

Conselheiro Fiscal



RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Data, hora e local: Reunião ordinária realizada às 10hs do dia 29 de março de 2023.

Instalação e Presença: Reunião instalada com dispensa de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do comitê de auditoria, a saber: Gregory Louis Reider, Américo da Cunha Pereira Filho e Sonia Regina Hess de Sousa

Convidados: Armando Marchesan Neto, Fernando Stucchi, Renato de Andrade Assis e Lazaro Angelim Serruya.

Os membros do Comitê de Auditoria tiveram prévio acesso à apresentação disponibilizada durante a reunião, que continha os seguintes principais assuntos:

Ordem do dia: deliberar sobre:

1. Avaliação e recomendação de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022
2. Contratação de auditoria externa para 2023
3. Auditoria interna.

Deliberações: Após discussão dos assuntos da ordem dia, os membros do comitê de auditoria, por unanimidade, decidem o quanto segue:

1. Avaliação das Demonstrações financeiras de 2022: Os membros do Comitê de Auditoria, após a apresentação realizada pela Controladoria da Companhia e os comentários da Auditoria Externa EY, manifestaram a sua concordância com o teor das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022. O Comitê de Auditoria avaliou todos os temas relevantes apresentados pela Controladoria da Companhia durante a reunião e, adicionalmente, os temas descritos no Relatório de Administração e nas Demonstrações Financeiras auditadas pela EY relativas a 31 de dezembro de 2022. Assim, os membros do comitê de auditoria recomendam sua aprovação, sem ressalvas, pelo Conselho de Administração da Companhia.
2. Contratação de auditoria externa para 2023: Os membros do Comitê de Auditoria decidiram pela manutenção da EY como auditoria externa, estando pendente a discussão sobre o valor dos honorários e plano de trabalho para 2023.
3. Auditoria interna: Os membros do Comitê de Auditoria, após a apresentação realizada pela Controladoria da Companhia sobre o resultado dos trabalhos realizados do Plano de auditoria de 2021-2022, decidiram pela realização do monitoramento dos planos de ações que foram estipulados para a implementação das melhorias.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais lavrou-se a presente ata, lida achada conforme e assinada por todos.

Alphaville, 29 de março de 2023.

Mesa

Nara Cury

Membros

Gregory Louis Reider

Américo da Cunha Pereira Filho

Sonia Regina Hess de Souza

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 59/21, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Embu das Artes, 29 de março de 2023.

Armando Marchesan Neto
Diretor Presidente

Fernando Stucchi Alegro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 59/21, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Embu das Artes, 29 de março de 2023.

Armando Marchesan Neto
Diretor Presidente

Fernando Stucchi Alegro
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Sequoia Logística e Transportes S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$487.534 mil e está divulgado na Nota Explicativa 10 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro; envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados; verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Notas Explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota Explicativa 21. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 90.103 mil na controladora e R\$ 112.843 mil no consolidado. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse item foi considerado um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela diretoria, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela diretoria com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas, avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura, avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Notas Explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita operacional líquida

Conforme mencionado na Nota Explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece a receita operacional líquida na prestação de serviços com base nas obrigações de performance previstas nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas, conforme definido pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15).

A complexidade envolvida na identificação da conclusão das obrigações de performance verificada quando da finalização da prestação dos serviços formalizados no contrato e que é realizada com base na entrega dos serviços que estão formalizados em contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento da receita nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo valores faturados e provisão dos valores a faturar; (ii) análise das faturas ou pré-faturas emitidas para identificar as relações dos serviços prestados; e (iii) aceite do cliente sobre os serviços prestados e obrigações de performance satisfeitas. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajustes indicando a necessidade de complemento nos saldos de provisão para contas a receber e reversão de receita, os quais foram registrados pela diretoria da Companhia dada sua materialidade em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita operacional líquida de prestação de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	113.796	150.834	119.350	168.931
Aplicações financeiras restritas	5	10.038	-	6.927	-
Contas a receber	6	234.208	294.380	351.722	411.292
Impostos a recuperar	7	41.353	16.208	70.277	24.442
Adiantamentos		15.875	19.370	18.723	20.415
Despesas antecipadas		5.092	5.146	6.973	7.444
Demais contas a receber		7.171	4.915	16.683	10.697
Total do ativo circulante		427.533	490.853	590.655	643.221
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	5	36.883	34.529	36.883	34.529
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.7	-	-	35.384	36.356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	90.103	65.046	112.843	87.046
Partes relacionadas	22	13.611	5.187	-	-
Depósitos judiciais		397	551	11.609	9.185
Opções de compra de investimento	8.5	9.049	7.025	9.049	7.025
Investimentos	8	595.932	467.719	32.939	34.420
Imobilizado	9	88.769	63.973	141.635	138.332
Intangível	10	193.842	191.076	693.453	735.005
Direito de uso	12	256.310	215.734	318.401	257.053
Total do ativo não circulante		1.284.896	1.050.840	1.392.196	1.338.951
Total do ativo		1.712.429	1.541.693	1.982.851	1.982.172

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13.1	153.431	126.527	182.407	175.530
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	30.399	41.890	20.605	43.298
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	39.374	4.252	39.374	4.252
Passivo de arrendamento	12	51.262	53.233	81.189	80.346
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	83.844	67.500	149.100	121.926
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.6	4.465	36.217	31.524	63.309
Outros passivos	13.2	19.982	33.740	12.441	27.862
Total do passivo circulante		382.757	363.359	516.640	516.523
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	488.530	327.031	489.660	329.688
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	2.694	-	2.694
Passivo de arrendamento	12	249.677	192.206	288.185	214.786
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	5	-	-	10.212	-
Partes relacionadas	22	58.893	11.228	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	5.554	7.305	39.468	63.854
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.6	14.237	19.380	21.622	57.516
Provisões para demandas judiciais	15	7.256	16.709	109.401	196.059
Provisão para perda com investimento	8	7.197	950	6.122	-
Outros passivos	13.2	-	-	152	221
Total do passivo não circulante		831.344	577.503	964.822	864.818
Total do passivo		1.214.101	940.862	1.481.462	1.381.341
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	655.649	653.872	655.649	653.872
Gastos com emissão de ações	16.1	(24.247)	(24.247)	(24.247)	(24.247)
Reserva de capital	16.3	6.148	3.556	6.148	3.556
Reserva de lucro	16.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Prejuízos acumulados		(149.191)	(42.319)	(149.191)	(42.319)
		498.328	600.831	498.328	600.831
Participação de quotistas não controladores no FIDC Sequoia	5	-	-	3.061	-
		498.328	600.831	501.389	600.831
Total do passivo e patrimônio líquido		1.712.429	1.541.693	1.982.851	1.982.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	17	1.296.354	937.409	1.804.323	1.520.357
Custos dos serviços prestados	18	(971.809)	(729.086)	(1.490.718)	(1.253.942)
Lucro bruto		324.545	208.323	313.605	266.415
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	18	(248.644)	(146.317)	(320.205)	(252.279)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	58.730	5.831	75.104	34.824
Resultado de equivalência patrimonial	8	(94.934)	(34.825)	(8.110)	(977)
		(284.848)	(175.311)	(253.211)	(218.432)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		39.697	33.012	60.394	47.983
Despesas financeiras	20	(185.124)	(75.855)	(211.119)	(93.741)
Receitas financeiras	20	14.212	14.417	18.770	18.252
		(170.912)	(61.438)	(192.349)	(75.489)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(131.215)	(28.426)	(131.955)	(27.506)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(714)	-	(714)	(2.116)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	25.057	10.565	25.797	11.761
Prejuízo do exercício		(106.872)	(17.861)	(106.872)	(17.861)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	16.4	(0,76331)	(0,13179)		
Prejuízo diluído por ação	16.4	(0,76331)	(0,13179)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(106.872)	(17.861)	(106.872)	(17.861)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	(106.872)	(17.861)	(106.872)	(17.861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reserva de lucros		Participação de quotistas não controladores no FIDC			
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total	Sequoia	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	438.043	(27.881)	3.160	9.969	(11.966)	411.325	-	411.325
Efeitos fiscais sobre gastos com emissão de ações	-	12.492	-	-	(12.492)	-	-	-
Gastos com emissões de ações	-	(8.858)	-	-	-	(8.858)	-	(8.858)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(17.861)	(17.861)	-	(17.861)
Aumento de capital	215.829	-	-	-	-	215.829	-	215.829
Plano de pagamento com base em ações	-	-	396	-	-	396	-	396
Saldos em 31 de dezembro de 2021	653.872	(24.247)	3.556	9.969	(42.319)	600.831	-	600.831
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(106.872)	(106.872)	-	(106.872)
Aumento de capital	1.777	-	-	-	-	1.777	-	1.777
Plano de pagamento com base em ações	-	-	2.592	-	-	2.592	-	2.592
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	-	-	-	3.061	3.061
Saldos em 31 de dezembro de 2022	655.649	(24.247)	6.148	9.969	(149.191)	498.328	3.061	501.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(131.215)	(28.426)	(131.955)	(27.506)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	332.619	159.167	278.242	187.266
Depreciação e amortização	59.405	51.482	156.296	135.084
Resultado de equivalência patrimonial	94.934	34.825	8.110	977
Juros provisionados	104.921	57.316	118.804	68.133
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	32.429	6.541	32.429	6.541
Ajuste de preço	(5.942)	6.533	(5.942)	6.533
Plano de pagamento com base de ações	2.592	396	2.592	396
Ganhos em negociações de impostos	-	-	-	(10.367)
Ganho com venda de investimento	(13.732)	-	(13.732)	-
Valor justo das opções de compra de investimento	(2.023)	-	(2.023)	-
Provisões (reversões) e outros itens que não afetam caixa	60.035	2.074	(18.292)	(20.031)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	201.404	130.741	146.287	159.760
Variações nos ativos e passivos operacionais	22.483	(64.675)	(94.371)	(202.078)
Contas a receber	(8.767)	(89.576)	(13.224)	(103.163)
Adiantamentos e Despesas antecipadas	3.550	(11.340)	2.163	(11.632)
Impostos a recuperar	(24.812)	(11.893)	(45.503)	(11.080)
Partes relacionadas	39.242	-	-	-
Fornecedores	26.904	26.736	6.876	13.828
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.718	23.243	328	(5.850)
Depósito judicial	154	(262)	(2.425)	(6.409)
Outros ativos e passivos operacionais	(28.506)	(1.583)	(42.586)	(69.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(8.302)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	223.887	66.066	51.916	(42.318)
Atividades de investimento				
Acréscimo de imobilizado e intangível	(49.355)	(40.217)	(59.589)	(52.641)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	(219.614)	(347.243)	(3.220)	-
Investimento em controlada em conjunto	-	(38.800)	-	(38.800)
Contas a pagar por aquisição de empresas	(24.447)	(17.191)	(44.019)	(164.334)
Recebimento pela venda de investimento	16.446	-	16.446	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(276.970)	(443.451)	(90.382)	(255.775)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	620.208	168.959	608.883	170.285
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(476.158)	(154.667)	(477.572)	(199.562)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(63.814)	(26.074)	(64.240)	(26.738)
Amortização de arrendamentos - principal	(36.689)	(27.380)	(60.237)	(49.276)
Juros pagos sobre arrendamentos	(19.243)	(11.977)	(26.072)	(18.840)
Aumento de capital	1.777	206.972	1.777	206.972
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	13.273	-
Aplicações financeiras restritas	(10.036)	(25.000)	(6.927)	(25.000)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	16.045	130.833	(11.115)	57.841
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(37.038)	(246.552)	(49.581)	(240.252)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	150.834	397.386	168.931	409.183
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	113.796	150.834	119.350	168.931
	(37.038)	(246.552)	(49.581)	(240.252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	1.529.083	1.111.690	2.149.536	1.845.512
Receita de prestação de serviço	1.538.036	1.104.082	2.145.989	1.808.896
Provisão para perdas de crédito esperadas	(68.941)	-	(73.541)	(9.660)
Outras receitas operacionais	59.988	7.608	77.088	36.616
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(822.286)	(590.744)	(1.122.374)	(986.628)
Custos dos serviços prestados	(712.301)	(501.582)	(1.057.518)	(876.027)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.985)	(89.162)	(64.856)	(110.601)
Valor adicionado bruto	706.797	520.946	1.027.162	858.884
Retenções	(59.405)	(51.809)	(156.296)	(134.338)
Depreciação e amortização	(59.405)	(51.809)	(156.296)	(134.338)
Valor adicionado líquido produzido	647.392	469.137	870.866	724.546
Valor adicionado recebido em transferência	(79.999)	(19.539)	11.678	18.478
Resultado de equivalência patrimonial	(94.934)	(34.825)	(8.110)	(651)
Receitas financeiras	14.935	15.286	19.788	19.129
Valor adicionado total a distribuir	567.393	449.598	882.544	743.024
Distribuição do valor adicionado	(567.393)	(449.598)	(882.544)	(743.024)
Pessoal e encargos	(259.406)	(216.608)	(429.622)	(360.204)
Remuneração direta	(206.494)	(171.963)	(335.395)	(276.098)
Benefícios	(40.757)	(35.469)	(70.892)	(63.272)
F.G.T.S.	(12.155)	(9.176)	(23.335)	(20.834)
Impostos e taxas e contribuições	(224.939)	(166.835)	(330.051)	(279.898)
Federais	(138.889)	(115.373)	(199.527)	(175.468)
Estaduais	(76.726)	(46.934)	(119.796)	(98.537)
Municipais	(9.324)	(4.528)	(10.728)	(5.893)
Juros e aluguéis	(189.920)	(84.016)	(229.743)	(120.783)
Remuneração de capitais próprios	106.872	17.861	106.872	17.861
Prejuízos Retidos	106.872	17.861	106.872	17.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo, Brasil.

O Grupo, que compreende a Companhia e suas investidas, possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística "*indoor e outdoor*", consolidada e fracionada, gestão operacional de armazém ("*fulfillment*"), transporte rodoviário e entregas urbanas para clientes de diversos setores. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 29 de março de 2023.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas

em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Impactos da COVID-19

Desde o início da pandemia, a Sequoia tem monitorado os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes do governo e OMS, que foram implementadas para o cuidado dos colaboradores.

Internamente, a Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tomar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer.

Impacto nas operações

Algumas linhas de negócios tiveram impactos adversos em decorrência da pandemia. As atividades de distribuição denominadas internamente de B2B (*business to business*), caracterizadas pelo atendimento a clientes empresariais e voltados ao abastecimento de lojas físicas, pontos comerciais, shopping, entre outros, sofreu forte redução em suas demandas, em função do período de quarentena e fechamento desses locais.

Por outro lado, a Companhia possui como principal linha de negócio a atuação no mercado de B2C (*business to client*), caracterizada pela entrega na casa do consumidor de compras realizadas pelos canais de venda on-line, onde houve um aumento expressivo na demanda e, conseqüentemente, crescimento na receita em comparação com o ano anterior.

Acreditamos que essas nossas ações durante a pandemia e o nosso posicionamento de destaque no B2C estão sendo adequados para garantir o cumprimento de nossos objetivos e a manutenção do nosso plano futuro de negócios.

Importante destacar que as ociosidades geradas pela queda nas operações de B2B foram em grande parte absorvidas pelo aumento nas atividades de B2C, não gerando qualquer necessidade de constituição de perda por valor recuperável.

Impactos financeiros e econômicos

Alavancagem financeira: A Administração monitora diariamente o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, bem como seu índice de alavancagem financeira.

Contas a receber e fornecedores: A Administração monitora constantemente a inadimplência, oriunda de faturamentos por prestação de serviço de transportes (B2B e B2C) e logística e o risco de desabastecimento para o caso de fornecedores estratégicos. Todos os riscos foram avaliados, e quando identificada necessidade de constituir ou reverter provisão para perdas os ajustes foram feitos

Adicionalmente, constantemente está sendo feito contato com nossos fornecedores, prestadores de serviços e locadores de nossas unidades operacionais, como nossos centros de distribuição, buscando adequar os contratos às novas realidades de mercado, seja através de negociação no preço ou na dilação do prazo de pagamento. Para a realização das negociações, a Companhia identificou quais seriam os contratos vigentes, cuja renegociação poderia trazer impactos mais relevantes, como, por exemplo, os locadores de nossas unidades operacionais, assim consideradas aquelas com maior possibilidade de gerar economia, e iniciou as negociações.

Análise de recuperação de ativos (“impairment”): Anualmente, a Administração realiza a avaliação dos ativos não financeiros a fim de identificar risco de recuperabilidade. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou indicadores de perda de valor recuperável dos ativos intangíveis

3. Base de consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

O resultado das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na empresa consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

As demonstrações financeiras individuais consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2022	2021
Transportadora Americana Ltda. (“Transportadora Americana”)	(a) Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Direcional Transporte e Logística S.A. (“Direcional”)	(b) Logística e transporte	Brasil	-	100%
Lithium Software Ltda. (“Frenet”)	(c) Plataforma digital	Brasil	100%	100%
SF 350 Ltda. (“SFX”)	(d) Intermediação	Brasil	100%	100%
Sequoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Sequoia”)	(e) Fundo de investimento	Brasil	47%	-

Participação indireta - via Direcional

Prime Express Logística e Transporte Ltda. e Prime Time Logística e Transportes Ltda. ("Prime")					
(f)	Logística e transporte	Brasil	-	-	

Participação indireta - via Transportadora Americana

Transportadora Plimor Ltda. ("Plimor")					
(g)	Logística e transporte	Brasil	-	100%	

- (a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020.
 (b) Direcional foi adquirida em 2 de outubro de 2020 e incorporada pela Transportadora Americana em 30 de dezembro de 2022.
 (c) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021.
 (d) SFX foi constituída em 2 de setembro de 2021, mas está sem atividades.
 (e) FIDC Sequoia foi regulamentado a partir de 22 de março de 2022 e consolidado em função da Companhia deter a maioria dos riscos e benefícios.
 (f) Prime foi adquirida em 29 de janeiro de 2021 e incorporada pela Direcional em 15 de setembro de 2021.
 (g) Plimor foi adquirida em 14 de maio de 2021 e incorporada pela Transportadora Americana em 30 de dezembro de 2022.

A Companhia não possui controle sobre as seguintes empresas nas quais possui participação societária e, portanto, as mesmas são apresentadas no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2022	2021
Uello Tecnologia S.A. ("Uello")	(h) Plataforma digital	Brasil	-	15%
GHSX Tecnologia e Intermediação ("Drops")	(i) Intermediação	Brasil	51%	51%
Lincros Soluções em Software S.A. ("Lincros")	(j) Plataforma digital	Brasil	41%	41%

- (h) Participação societária na Uello, sem influência significativa, adquirida em 7 de outubro de 2020 e vendida em 04 de abril de 2022.
 (i) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado.
 (j) Participação societária na Lincros com controle compartilhado adquirida em 11 de novembro de 2021.

4. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são

comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério.

4.1 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável.

4.2. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia possui um único cliente que representa mais de 10% da receita bruta.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a

Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte.

4.3. Pronunciamentos novos e revisados

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados foram o CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“impairment test”) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 16.3.

Impostos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuições sociais diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido.

Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e, portanto, o passivo financeiro deve ser subsequentemente remensurado ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo

em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2022 e 2021.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Controladora					
Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo	
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	113.796	-	113.796	113.796
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	46.921	-	46.921	46.921
Contas a receber	Nível 2	-	234.208	234.208	234.208
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(153.431)	(153.431)	(153.431)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(518.929)	(518.929)	(518.929)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(39.374)	-	(39.374)	(39.374)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(9.177)	(9.177)	(9.177)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(18.702)	(18.702)	(18.702)

Consolidado					
Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo	
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	119.350	-	119.350	119.350
Aplicações financeiras restritas	Nível 2	43.810	-	43.810	43.810
Contas a receber	Nível 2	-	351.722	351.722	351.722
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(182.407)	(182.407)	(182.407)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(510.265)	(510.265)	(510.265)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(39.374)	-	(39.374)	(39.374)
Parcelamentos de impostos	Nível 2	-	(65.021)	(65.021)	(65.021)
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	Nível 2	-	(10.212)	(10.212)	(10.212)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(53.146)	(53.146)	(53.146)

Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou

de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. Os saldos de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, e os contratos de swap de taxas de juros (quitados em janeiro de 2022) neutralizam parcialmente esse efeito.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	518.929	368.921	510.265	372.986
Instrumentos financeiros derivativos	39.374	6.946	39.374	6.946
Contas a pagar por aquisição de investimentos	18.702	55.597	53.146	120.825
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas	(160.717)	(185.362)	(163.160)	(203.461)
Dívida líquida	416.288	246.102	439.625	297.296
Patrimônio líquido	498.328	600.831	501.389	600.831
Patrimônio líquido e dívida líquida	914.616	846.933	941.014	898.127

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

Nível 2

Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos, obrigações com quotistas do FIDC Sequoia e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Operações com instrumentos derivativos

De 11 de dezembro de 2020 até 12 de janeiro de 2022, a Companhia manteve contratos de swaps de taxas de juros para proteger-se contra riscos de taxas de juros. Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de *equity swap*, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022. Esses contratos foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro.

Os contratos de swap firmados em 11 de dezembro de 2020 possuíam valor nominal de R\$30.117 e R\$58.200 e possibilitaram que a Companhia pagasse uma taxa pré-fixada (idêntica à taxa de juros definida nas debêntures emitidas em 2019) e recebesse uma taxa pós-fixada indexada ao CDI. Os contratos de swaps firmados no âmbito do *equity swap*, possuem o valor nominal indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague uma taxa pós-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3.

O valor justo dos contratos de swap foi calculado considerando os índices divulgados pela Bm&fBovespa S.A., os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	2022	Consolidado		
			Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	510.265	(3.483)	(17.413)	(34.826)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	53.146	(363)	(1.814)	(3.627)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	109.777	(714)	(2.997)	(4.995)
Aplicações financeiras restritas indexadas ao CDI	Queda do CDI	43.810	(285)	(1.196)	(1.993)
	CDI (aumento) ¹⁾	13,65%	14,33%	17,06%	20,48%
	CDI (queda) ¹⁾	13,65%	13,00%	10,92%	9,10%

1) CDI divulgado pela CETIP.

4.6 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto.

A partir de 30 de junho de 2022, a Companhia optou por apresentar os juros pagos nas atividades de financiamentos das demonstrações dos fluxos de caixa pelo fato destes representarem custos na obtenção de recursos financeiros. Anteriormente, estes juros pagos eram apresentados no grupo de atividades operacionais.

Para permitir a comparabilidade entre períodos, os saldos comparativos foram ajustados. O quadro a seguir demonstra o efeito decorrente dessa reclassificação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado atualmente	Ajustes	Originalmente apresentado	Apresentado atualmente	Ajustes	Originalmente apresentado
Atividades operacionais	66.066	38.051	28.015	(42.318)	45.578	(87.896)
Atividades de investimentos	(443.451)	-	(443.451)	(255.775)	-	(255.775)
Atividades de financiamentos	130.833	(38.051)	168.884	57.841	(45.578)	103.419
	(246.552)	-	(246.552)	(240.252)	-	(240.252)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito

Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	112	114	234	308
Bancos conta movimento	6.363	19.833	9.339	36.125
Aplicações financeiras (a)	107.321	130.887	109.777	132.498
Caixa e equivalentes de caixa	113.796	150.834	119.350	168.931
Aplicações financeiras restritas (b)	36.883	34.529	36.883	34.529
Quotas do FIDC Sequoia (c)	10.038	-	-	-
Fundo de investimento não exclusivo	-	-	6.979	-
	160.717	185.363	163.212	203.460

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI.
- (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do “Contrato de Compra e Venda de Quotas” firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e será liberada aos vendedores no aniversário de 5º ano da aquisição, deduzido de eventuais perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias, sendo liberadas para uso conforme cronograma acordado. Essas aplicações são remuneradas a 97% do CDI ou pela TR.
- (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia são valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em “Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia” e as quotas de classe subordinadas são classificadas como “Participação de quotistas no FIDC Sequoia”, no Patrimônio líquido.

6. Contas a receber

Ativos de contrato

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

Passivos de contrato

Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia e suas controladas lhes transfiram bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato.

A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na Nota 4.5 Instrumentos financeiros - Redução do valor recuperável de ativos financeiros.

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cientes nacionais	151.774	204.450	250.615	325.332
Cientes a faturar (a)	125.828	101.925	165.615	107.494
	277.602	306.375	416.230	432.826
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(43.394)	(11.995)	(64.508)	(21.534)
	234.208	294.380	351.722	411.292

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	195.827	227.888	293.391	340.206
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	12.475	6.744	20.529	9.487
Vencidos de 31 a 90 dias	12.240	7.792	21.057	12.453
Vencido de 91 a 180 dias	9.411	15.557	21.927	17.868
Vencido de 181 a 365 dias	20.948	31.014	43.106	32.681
Vencidos há mais de 365 dias	26.701	17.380	16.220	20.131
Subtotal - vencidos	81.775	78.487	122.839	92.620
	277.602	306.375	416.230	432.826

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(7.831)	(11.464)
Adição	(4.164)	(410)
Adição por aquisição de controlada	-	(9.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(11.995)	(21.534)
Adição	(31.399)	(42.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(43.394)	(64.508)

O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 65 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2021).

7. Impostos a recuperar

A composição do saldo dos impostos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS (a)	29.736	11.130	37.768	14.158
ICMS (b)	-	-	2.933	2.933
IRPJ e CSLL - antecipação	231	231	1.494	1.508
INSS (c)	6.019	1.019	22.226	1.577
Impostos retidos	4.541	3.640	5.031	4.078
Outros	826	188	825	188
	41.353	16.208	70.277	24.442

- (a) Desde novembro de 2008, discutia judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R\$5.999 (principal) nos impostos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período.
- (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada.
- (c) Refere-se, substancialmente, ao recálculo do INSS pago ao Sistema S tendo como base o limite de 20 salários-mínimos ao invés de ter como base a folha de pagamento.

8. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento em controladas e joint ventures inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos em controladas	561.918	433.299	-	-
Investimentos em controlada em conjunto	1.480	1.236	1.480	1.236
Investimento em coligada	25.337	30.470	25.337	30.470
	588.735	465.005	26.817	31.706
Investimento avaliado a valor justo	-	2.714	-	2.714
	588.735	467.719	26.817	34.420
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	595.932	465.005	32.939	31.706
Provisão para perda com investimento	(7.197)	(950)	(6.122)	-
	588.735	464.055	26.817	31.706

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora					Total
	Transportadora Americana	Direcional	Frenet	Drops	Lincros	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	27.876	66.536	-	-	-	94.412
Aquisição de participação societária	-	-	24.543	-	30.934	55.477
Constituição de controlada em conjunto	-	-	-	1.750	-	1.750

Resultado de equivalência patrimonial	(41.915)	13.195	(5.128)	(513)	(464)	(34.825)
Adiantamento para futuro aumento de capital e Aumento de capital	226.929	116.562	3.750	-	-	347.241
Saldos em 31 de dezembro de 2021	212.890	196.293	23.165	1.237	30.470	464.055
Resultado de equivalência patrimonial	(84.949)	4.438	(6.313)	(2.978)	(5.132)	(94.934)
Adiantamento para futuro aumento de capital e Aumento de capital	174.986	36.958	4.450	3.220	-	219.614
Incorporação societária	237.689	(237.689)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	540.616	-	21.302	1.479	25.338	588.735
Controladas	484.605	-	(1.075)	-	-	483.530
Controlada em conjunto	-	-	-	1.479	-	1.479
Coligada	-	-	-	-	(6.122)	(6.122)
Ágio na aquisição de investimento	56.011	-	22.377	-	31.460	109.848
Investimentos	540.616	-	22.377	1.479	31.460	595.932
Provisão para perda com investimento	-	-	(1.075)	-	(6.122)	(7.197)

Consolidado		
GHSX	Lincros	Total

(a)

Saldos em 1º de janeiro de 2021

Aquisição de participação	-	30.934	30.934
Constituição de controlada em conjunto	1.750	-	1.750
Resultado de equivalência patrimonial	(513)	(464)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.237	30.470	31.707
Resultado de equivalência patrimonial	(2.978)	(5.132)	(8.110)
Adiantamento para futuro de capital	3.220	-	3.220
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.479	25.338	26.817

Controlada em conjunto	1.479	-	1.479
Coligada	-	(6.122)	(6.122)
Ágio na aquisição de investimento	-	31.460	31.460
Investimento	1.479	31.460	32.939
Provisão para perda com investimento	-	(6.122)	(6.122)

(a) O saldo de Ágio na aquisição de investimento (que contempla ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição do investimento) são apresentados como Investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza.

As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

Controlada	31 de dezembro de 2022				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	864.392	(379.280)	(485.112)	190.241	(82.037)
Direcional	-	-	-	220.933	13.947
Frenet	8.076	(9.151)	1.075	9.706	(4.575)

31 de dezembro de 2021					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	356.373	(169.732)	(186.641)	206.881	(35.288)
Direcional	309.758	(154.894)	(154.864)	198.900	23.080
Frenet	2.425	(3.375)	950	5.594	(3.825)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2022							
Investida	% de participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	5.453	(9.358)	3.905	41	(6.074)
Lincros	41%	41%	10.223	(8.942)	(1.281)	(26.392)	(7.737)

31 de dezembro de 2021							
Investida	% de Participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	3.971	(1.672)	(2.209)	-	(1.007)
Lincros	41%	41%	21.702	(12.666)	(9.036)	3.755	(335)

8.2. Investimentos avaliado a valor justo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Uello	-	2.714	-	2.714

Em 9 de agosto de 2018, a Companhia e a startup Uello Tecnologia S.A. (“Uello”) assinaram um contrato de “Mútuo conversível em participação acionária”, com o objetivo de possibilitar ganhos operacionais entre as empresas. Como resultado deste contrato, a Companhia realizou o investimento de R\$1.500 a título de mútuo com a possibilidade de conversão em participação acionária.

Em 7 de outubro de 2020, após a entrada de novos acionistas na Uello, a Companhia converteu o mútuo em participação societária, resultando na aquisição de 3.259 ações preferenciais ou 17,07% do capital social da Uello.

Em 4 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de venda da totalidade da

participação societária detida na Uello pelo valor de R\$16.824, o qual foi integralmente recebido na mesma data. Em 30 de agosto de 2022, decorrente do mecanismo contratual de ajuste de preço, efetuamos a devolução de R\$379 ao comprador, resultando num valor de venda líquido de R\$16.446.

8.3. Constituição de controlada em conjunto

Em 08 de agosto de 2021, a Companhia firmou um contrato para constituição da Drops em conjunto com a Gigahub Serviços Ltda. (“Gigahub”). O objetivo dessa nova empresa é transformar pontos comerciais já existentes e que operam com a Gigahub em uma rede de pick-up, drop-off (PUDO), sigla em português que significa “pegar e largar”, e representa uma modalidade de coleta e entrega de encomendas como parte de uma rede mais ampla de serviços, possibilitando novos canais de distribuição aos vendedores, geração de tráfego para os parceiros comerciais e atenderá às preferências do consumidor final, que visa agilidade e facilidade nas entregas e devoluções. Em 15 de setembro de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi assinado o termo de constituição e o acordo de acionistas.

Embora a Companhia possua a maioria dos votos, a entidade é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dado que o acordo de acionistas prevê que determinadas decisões relevantes devem ser compartilhadas entre as partes.

Ativo intangível contribuído

Enquanto a Sequoia aportou recursos financeiros na controlada em conjunto para fazer frente a sua participação societária, a sócia detentora da participação acionária remanescente aportou seu conhecimento para formar a rede de PUDOs. Esse aporte foi mensurado e registrado como ativo intangível no montante de R\$1.457.

No processo de determinação do valor do intangível foi utilizado o modelo “with or without” e envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuro, tais como taxa de crescimento da receita, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. As principais premissas adotadas para essa mensuração foram:

- Taxa de desconto dos fluxos de caixa: 18% ao ano, que reflete o custo de capital ponderado.
- Projeção de fluxo de caixa para 10,2 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,2%, que considera a expectativa de crescimento orgânico, reajuste de preços com base na inflação projetada e expectativa de crescimento econômico.

- Crescimento na receita de 72% entre 2022 e 2029, com início das operações em nov/21, considerando crescimento no volume de transações com base em expectativas de crescimento do e-commerce e crescimento na tarifa por transação pela inflação projetada.

A vida útil estimada para amortização desse intangível foi de 10,2, a partir do início das atividades.

Opção de compra e venda

Como parte do Acordo de Acionistas foi outorgada ao acionista detentor da participação acionária remanescente de 49% da Drops opção de venda da totalidade de sua participação para a Sequoia com vigência entre o segundo e o quarto aniversário da assinatura do acordo de acionista. Adicionalmente, foi outorgada opção de compra à Sequoia para aquisição da totalidade da participação remanescente na Drops com vigência entre o quarto e o quinto aniversário da assinatura do acordo de acionista.

O valor de exercício das opções deverá ser determinado com base em laudo de avaliação na data em que a opção for exercida. A Companhia concluiu que a avaliação do valor justo das opções não gera benefício atual para qualquer das partes, dado que a mensuração será efetuada quando do efetivo exercício das opções.

8.4. Reestruturações societárias

Incorporação da Plimor e da Direcional

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Transportadora Americana, a incorporação da Plimor e da Direcional. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Plimor	42.642	36.165	(24.454)	(141.097)	(86.744)
Direcional	96.760	230.327	(66.385)	(67.364)	193.338

Incorporação da Prime Express e Prime Time

Em 15 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Direcional, a incorporação da Prime Express e Prime Time. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido

incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Prime Express	38.357	52.306	(57.972)	(85.826)	(53.135)
Prime Time	1.595	10.567	(2.113)	(10.035)	14

8.5. Aquisição de participação

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Sequoia, que consiste em 4 etapas:

- Determinar a data de aquisição;
- Determinar o adquirente e a adquirida;
- Determinar a contraprestação transferida pela aquisição do controle (Preço); e
- Mensurar o ágio ou ganho por compra vantajosa.

A data da aquisição é a data em que a Sequoia assume o controle dos ativos.

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Sequoia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

A contraprestação transferida para a aquisição de um negócio é o valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data da aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser

reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Custos diretamente relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou ganho por compra vantajosa é mensurado pela diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em relação à contraprestação transferida e é reconhecido na data da aquisição. Quando a contraprestação transferida é maior que o valor justo dos ativos, um goodwill é reconhecido no ativo e testado para fins de impairment. Quando é menor, um ganho por compra vantajosa é reconhecido no resultado do exercício.

Quando uma transação envolver a assunção de controle de negócios pela Sequoia, mas sem haver alteração nas partes controladoras finais desse negócio, a Sequoia registra a transação pelos seus valores contábeis, sem qualquer ganho ou ágio.

As aquisições de participação em negócios de controle compartilhado também são contabilizadas pelo método de aquisição, contudo considerando a proporção da participação adquirida nos ativos e passivos do negócio controlado em conjunto.

A contabilização da combinação de negócios requer que a Sequoia exerça julgamento crítico em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos dos negócios que estão sendo adquiridos. Nesse sentido, a Sequoia assume premissas sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de energia, taxas de juros, inflação, condições climáticas, custos operacionais e vidas úteis dos ativos. Alterações em algumas dessas premissas poderão impactar os negócios e os resultados esperados podem divergir materialmente dos valores estimados na data da aquisição do controle.

Não ocorreram aquisições de participações em 2022 e as seguintes aquisições ocorreram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

(a) Lincros Soluções em Software S.A. (“Lincros”)

Em 11 de novembro de 2021, após satisfação das condições precedentes, a Companhia finalizou a aquisição de 41% das ações da Lincros Soluções em Software S.A. (“Lincros”), que disponibiliza serviços logísticos por meio da aplicação SaaS (Software as a Service) para empresas do segmento de B2B, que auxilia grandes embarcadores do Brasil a serem mais eficientes na sua operação de transportes, oferecendo um pacote completo de soluções de alta qualidade a preços competitivos, como: serviços de roteirização, otimização de frete, tracking em tempo real e TMS Embarcador (*Transportation*

Management System, ou Sistema de Gerenciamento de Transporte, em português).

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Lincros foi registrado de forma definitiva.

No ato de fechamento, a Companhia efetuou o pagamento da parcela a vista e efetuou a quitação do saldo relativo à parcela retida em 12 de janeiro de 2022, concluindo o valor de contraprestação de R\$37.050.

Como parte do acordo de acionistas, assinado em 11 de novembro de 2021, foi outorgada à Sequoia uma opção de compra para a aquisição da totalidade da participação remanescente de 59% na Lincros, com vigência entre o terceiro e sétimo aniversário da assinatura desse acordo de acionista. Adicionalmente, foi outorgada aos acionistas detentores da participação acionária remanescente de 59%, uma opção de venda da totalidade de suas participações para a Sequoia com vigência entre o quarto e sétimo aniversário da assinatura desse acordo de acionista, desde que a Sequoia detenha mais de 50% das ações ordinárias.

O valor de exercício das opções foi determinado com base em um múltiplo da receita líquida, descontado da dívida líquida. O valor justo dessa opção foi mensurado através da Simulação de Monte Carlo, já que as opções são baseadas em múltiplos de receita futura, o que gera uma situação com algum nível de incerteza, sendo que esse método permite integrar os efeitos dessa incerteza na estimativa da volatilidade das receitas. As principais premissas adotadas nesse cálculo podem ser assim apresentadas:

- Crescimento na receita, num cenário de risco neutro, de 16,0% entre 2024 e 2026, considerando crescimento no volume de transações e crescimento na tarifa por transação pela inflação projetada.
- Probabilidade de exercício da opção de compra variando de 20,8% a 21,3%.
- Volatilidade de 48,6%, considerando uma média de empresas do setor num período de 5 anos.
- Taxa de desconto dos fluxos de caixa de 12,4% ao ano, que reflete o custo de capital ponderado.

O valor justo das opções de compra, atualizado para 31 de dezembro de 2022, de R\$5.712 foi registrado no ativo como uma Opção de compra de investimento.

A aquisição do percentual de 41% das ações da Lincros não concedeu o poder (conforme definido pelo CPC 36) à Sequoia de controlar e conseqüentemente consolidar as demonstrações financeiras da Lincros. A influência significativa (conforme definido pelo

CPC 18) sobre a Lincros foi definida pelo fato da Sequoia deter mais de 20% do capital votante, possuir membros no Conselho de administração e participação nas decisões financeiras e operacionais da Lincros.

(b) Transportadora Plimor Ltda. (“Plimor”)

Em 14 de maio de 2021, após a satisfação das condições precedentes e do trânsito em julgado da aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Transportadora Americana finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Transportadora Plimor Ltda. (“Plimor”), com sede na Cidade de Rio Grande do Sul, que atua no ramo de transporte e logística, com foco no transporte de e-commerce leve (volumes de até 30kg) e carga fracionada (*less than truckload* ou “LTL”), servindo diversos segmentos, como, por exemplo, informática, fármaco, calçados e vestuário, dentre outros.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Plimor foi registrado de forma definitiva.

No ato do fechamento, a Companhia efetuou o pagamento da parcela a vista e efetuará a quitação das 6 parcelas seguintes com dedução do valor de perdas indenizáveis incorridas e atualizados monetariamente pela variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado do saldo devedor era de R\$34.444 (R\$54.681 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Aquisição da Lithium Software Ltda. (“Frenet”)

Em 5 de abril de 2021, após a satisfação das condições precedentes e a Companhia finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Lithium Software S/S Ltda. (“Frenet”), com sede na Cidade de Birigui/SP, uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C, oferecendo soluções integradas aos seus clientes.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Frenet foi registrado de forma definitiva.

No ato do fechamento, a Companhia efetuou o pagamento da parcela à vista e efetuará a quitação das 2 parcelas seguintes com dedução do valor de perdas indenizáveis incorridas, atualizadas monetariamente pela variação do CDI e considerando o atingimento de determinadas metas com apurações anuais a partir de 2022 e terminando em 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado do saldo devedor era de R\$6.850 (R\$15.727 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Aquisição da Prime Express Logística e Transporte Ltda. e Prime Time Logística e

Transportes Ltda. (“Prime”)

Em 29 de janeiro de 2021, após a satisfação das condições precedentes e do trânsito em julgado da aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a controlada Direcional finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Prime Express Logística e Transporte Ltda. e da Prime Time Logística e Transporte Ltda. (em conjunto, “Prime”), empresas que atuam no ramo de transporte e logística com foco no segmento de e-commerce de produtos grandes, denominado no mercado de “médio rodo” e “rodo pesado”, operando nos modelos *cross docking*, *door to door*, *milk run* e logística reversa para B2C, para as regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal e Goiás.

A Prime é composta por 2 empresas, juridicamente distintas, adquiridas separadamente. Ao alocar os valores da transação, a Direcional avaliou existir apenas uma unidade geradora de caixa, visto a interdependência das operações e uso comum de utilidades como centros de distribuição e armazenagem.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Prime foi registrado de forma definitiva.

A Direcional realizará o pagamento das 2 parcelas vincendas com dedução do valor de perdas indenizáveis incorridas e atualizada monetariamente pela variação do CDI até janeiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2022, não havia saldo devedor (R\$10.546 em 31 de dezembro de 2021).

Alocação do valor justo

	Lincros	Plimor	Frenet	Prime
	Nota (a)	Nota (b)	Nota (c)	Nota (d)
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	16.371	1.182	762	2.789
Contas a receber	1.877	7.186	176	31.243
Impostos a recuperar	1.014	-	-	2.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	16.020
Demais ativos	307	1.257	17	515
Intangíveis				
Carteira de clientes	9.187	114.843	1.386	26.362
Cláusula de não concorrência	-	12.858	-	9.879
Software	37.764	-	14.995	-
Outros ativos intangíveis	4.135	261	509	-
Imobilizado				
Mais-valia de ativos imobilizado	-	29.687	-	9.067
Outros imobilizados	646	9.411	238	24.885
Direito de uso	-	2.217	-	21.598
	71.301	178.902	18.083	145.291
Passivos				

	Lincros	Plimor	Frenet	Prime
Empréstimos	(10.310)	(10.603)	(815)	(30.391)
Passivo de arrendamento	-	(2.254)	-	(23.683)
Fornecedores	(2.259)	(17.965)	(202)	(21.902)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.956)	(10.185)	(518)	(73.654)
Parcelamentos fiscais	(43)	(16.449)	(935)	(25.281)
Contingências	(393)	(113.648)	-	(43.081)
Outros passivos	(410)	(10.789)	(107)	(26.649)
	(15.371)	(181.893)	(2.577)	(244.641)
Total	55.930	(2.991)	15.506	(99.350)
% de participação adquirida	41%	100%	100%	100%
Total de ativos identificáveis (passivos assumidos) líquidos	22.931	(2.991)	15.506	(99.350)
Ágio gerado na aquisição	8.003	196.008	9.037	120.011
Total da contraprestação	30.934	193.017	24.543	20.661
Contas a pagar por aquisição de investimentos	37.959	193.017	24.543	20.661
Opção de compra e venda	(7.025)	-	-	-
Fluxo de caixa na aquisição				
Caixa pago, líquido de caixa adquirido (classificado como atividades de investimento)	37.050	115.953	9.238	7.744
Custo de aquisição (classificado como atividades operacionais)	606	821	400	567
Caixa pago na aquisição	37.656	116.774	9.638	8.311

O valor justo das contas a receber de clientes é o valor que se espera ser recebido integralmente e o ágio gerado compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição.

Os custos de aquisição foram registrados no resultado quando ocorreram.

Método de mensuração e vida útil dos intangíveis identificados

A Companhia contratou empresa de consultoria especializada para auxiliar no processo de alocação do preço de compra.

A mensuração dos ativos intangíveis referente a carteira de clientes foi calculada considerando o modelo de *"Income Approach - Multi Period Excess Earnings"*, referente a acordo de não competição foi calculada considerando o modelo de *"With or without"* e referente aos softwares foi calculada considerando o modelo de *"Relief from Royalty"*. O "Método da quantificação de custo", onde se consulta as cotações de preços dos produtos avaliados, foi utilizado na mensuração da mais-valia dos ativos imobilizados, em linha com os preceitos das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os seguintes valores e vidas úteis foram estimados:

Adquirida	Descrição	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Mais-valia de ativos imobilizados	Softwares
Lincros (*)	Valor alocado	3.760	-	-	15.630
	<i>Amortização em anos</i>	<i>9,2</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>10</i>
Plimor	Valor alocado	114.843	12.858	29.687	-
	<i>Amortização em anos</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>3</i>	<i>-</i>
Frenet	Valor alocado	1.386	-	-	14.995
	<i>Amortização em anos</i>	<i>5,8</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>10</i>
Prime	Valor alocado	26.362	9.879	9.067	-
	<i>Amortização em anos</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>10</i>	<i>-</i>

(*) Considera o percentual adquirido.

Impacto da aquisição no resultado da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados pelas adquiridas a partir da data de aquisição. A seguir demonstramos o impacto da Receita líquida e do resultado dessas adquiridas, sem considerar o efeito da amortização dos ativos intangíveis identificados, no resultado do exercício desde a data de aquisição e um cenário caso ela tivesse sido adquirida desde o início do exercício:

31 de dezembro de 2021

Adquirida	Receita líquida		Lucro líquido (prejuízo)	
	A partir da data de aquisição	Desde o início do ano	A partir da data de aquisição	Desde o início do ano
Plimor	104.755	168.398	1.113	(21.845)
Frenet	5.594	7.061	(3.825)	(4.564)
Prime	95.341	111.346	10.397	4.293

8.6. Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

Controladora								
Adquirida	2021	Pagamentos	Reembolso			2022	Circulante	Não circulante
			Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Yep (a)	18.121	(12.550)	(5.942)	-	371	-	-	-
Lótus	7.750	-	-	-	959	8.709	-	8.709
Nowlog	3.946	-	-	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora								
Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	-	-	-
Direcional	3.670	-	-	(4.102)	432	-	-	-
Frenet	15.727	(9.546)	-	-	669	6.850	2.716	4.134
Lincros	909	(909)	-	-	-	-	-	-
	55.597	(30.389)	(4.318)	(7.310)	5.122	18.702	4.465	14.237

Controladora									
Adquirida	2020	Dívida por		Reembolso			2021	Circulante	Não circulante
		aquisição	Pagamentos	Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Yep (a)	17.684	-	-	-	-	437	18.121	18.121	-
Lótus	7.425	-	-	-	-	325	7.750	-	7.750
Nowlog	5.201	-	-	-	(1.337)	82	3.946	1.240	2.706
Transportadora									
Americana	2.217	-	(3.629)	6.532	-	354	5.474	5.474	-
Direcional	7.082	-	(3.562)	-	-	150	3.670	918	2.752
Frenet	-	25.453	(10.000)	(192)	-	1.376	15.727	9.555	6.172
Lincros	-	37.959	(37.050)	-	-	-	909	909	-
	39.609	62.502	(54.241)	6.340	(1.337)	2.724	55.597	36.217	19.380

Consolidado								
Adquirida	2021	Pagamentos	Reembolso			2022	Circulante	Não circulante
			Ajuste de preço	de contingências	Juros CDI			
Yep (a)	18.121	(12.550)	(5.942)	-	371	-	-	-
Lótus	7.750	-	-	-	959	8.709	-	8.709
Nowlog	3.946	-	-	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora								
Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	-	-	-
Direcional	3.670	-	-	(4.102)	432	-	-	-
Prime	10.547	(323)	-	(11.484)	1.260	-	-	-
Frenet	15.727	(9.546)	-	-	669	6.850	2.716	4.134
Plimor	54.681	(19.572)	-	(6.367)	5.702	34.444	27.059	7.385
Lincros	909	(909)	-	-	-	-	-	-
	120.825	(50.284)	(4.318)	(25.161)	12.084	53.146	31.524	21.622

Consolidado										
Adquirida	2020	Dívida por		Ajuste	Reembolso	Juros	2021	Circulante	Não	
		aquisição	Pagamentos	de	de	CDI			circulante	
				preço	contingências					
Yep (a)	17.684	-	-	-	-	437	18.121	18.121	-	
Lótus	7.425	-	-	-	-	325	7.750	-	7.750	
Nowlog	5.201	-	-	-	(1.337)	82	3.946	1.240	2.705	
Transportadora										
Americana	2.217	-	(3.629)	6.532	-	354	5.474	5.474	-	
Direcional	7.082	-	(3.562)	-	-	150	3.670	918	2.753	
Prime	-	20.631	(10.533)	-	-	419	10.547	3.667	6.879	
Frenet	-	24.543	(10.000)	(192)	-	1.376	15.727	9.555	6.172	
Plimor	-	193.017	(140.119)	-	-	1.783	54.681	23.424	31.257	
Lincros	-	37.959	(37.050)	-	-	-	909	909	-	
	39.609	276.180	(204.894)	6.340	(1.337)	4.926	120.825	63.309	57.516	

- (a) Em 16 de novembro de 2016, a Sequoia Transportes adquiriu 100% da Intec TI Logística S.A. ("Yep Log") e Intec Tecnologia da Informática S.A. ("Yep Tec"), e incorporou as controladas em 31 de dezembro de 2016. Em 17 de março de 2022, a Companhia e os vendedores renegociaram a dívida e acordaram o pagamento de R\$12.000 em 2 prestações corrigidas pelo CDI vincendas em 5 de abril de 2022 e em 5 de outubro de 2022, resultando numa redução da dívida total em R\$5.942, a qual foi classificada em Outras receitas no resultado.

8.7. Ativos de indenização na aquisição de empresas

Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores.

A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2022	2021
Transportadora Americana	30.301	30.301
Direcional	1.440	3.346
Prime	3.643	-
Plimor	-	2.709
	35.384	36.356

9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A Administração não identificou indicadores de impairment para os exercícios findos em 2022 e 2021.

A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora								
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2021	31.148	8.156	14.808	4.990	13.297	16.983	8.964	5.591	103.937
Adições	-	115	398	171	2.119	50	20.965	543	24.361
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Transferências	-	-	4.685	40	727	84	(5.565)	29	-
Em 31 de dezembro de 2021	31.148	8.271	19.891	5.201	16.143	17.117	24.363	6.163	128.297
Adições	784	1.778	16.573	2.418	7.873	7.535	(2.143)	914	35.732
Baixas	(632)	-	-	-	-	-	-	-	(632)
Transferências	2.430	2	-	-	(4.980)	(1)	-	2.549	-
Em 31 de dezembro de 2022	33.730	10.051	36.464	7.619	19.036	24.651	22.220	9.626	163.397
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2021	(24.083)	(4.446)	(5.501)	(3.383)	(6.735)	(7.231)	-	(2.622)	(54.001)
Depreciação	(3.393)	(861)	(1.706)	(402)	(2.478)	(1.478)	-	(5)	(10.323)
Em 31 de dezembro de 2021	(27.476)	(5.307)	(7.207)	(3.785)	(9.213)	(8.709)	-	(2.627)	(64.324)
Depreciação	(2.288)	(759)	(2.548)	(344)	(2.859)	(1.501)	-	(5)	(10.304)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.764)	(6.066)	(9.755)	(4.129)	(12.072)	(10.210)	-	(2.632)	(74.628)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2021	3.672	2.964	12.684	1.416	6.930	8.408	24.363	3.536	63.973
Em 31 de dezembro de 2022	3.966	3.985	26.709	3.490	6.964	14.441	22.220	6.994	88.769

	Consolidado								Total
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras Imobilizações	
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2021	48.449	8.897	19.651	9.311	25.500	19.624	12.998	47.497	191.927
Aquisição de controlada	72.117	12	23.931	1.427	5.699	2.690	1.736	76	107.688
Mais valia do ativo imobilizado	40.976	-	-	-	-	-	-	-	40.976
Adições	110	122	537	229	2.678	190	31.217	550	35.633
Baixas	(17.930)	-	(1.341)	(1.881)	(3.355)	-	(5.158)	(693)	(30.358)
Transferências	(2.522)	379	6.987	(211)	833	1.131	(6.627)	(15)	(45)
Em 31 de dezembro de 2021	141.200	9.410	49.765	8.875	31.355	23.635	34.166	47.415	345.821
Adições	5.622	1.828	16.636	2.577	8.475	7.706	528	958	44.330
Baixas	(4.620)	-	-	-	-	-	-	(2)	(4.622)
Transferência	3.164	-	101	(104)	(6.052)	(2)	(1)	2.894	-
Em 31 de dezembro de 2022	145.366	11.238	66.502	11.348	33.778	31.339	34.693	51.265	385.529
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2021	(31.982)	(4.741)	(9.741)	(6.681)	(18.265)	(8.243)	-	(42.382)	(122.035)
Aquisição de controlada	(47.805)	(6)	(18.232)	(1.148)	(4.491)	(1.469)	-	(3)	(73.154)
Depreciação	(22.609)	(1.262)	(5.515)	(345)	(3.030)	(1.960)	-	(131)	(34.852)
Baixas	15.592	-	1.305	1.797	3.830	-	-	28	22.552
Em 31 de dezembro de 2021	(86.804)	(6.009)	(32.183)	(6.377)	(21.956)	(11.672)	-	(42.488)	(207.489)
Depreciação	(24.839)	(868)	(4.430)	(561)	(3.445)	(2.147)	-	(115)	(36.405)
Em 31 de dezembro de 2022	(111.643)	(6.877)	(36.613)	(6.938)	(25.401)	(13.819)	-	(42.603)	(243.894)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2021	54.396	3.401	17.582	2.498	9.399	11.963	34.166	4.927	138.332
Em 31 de dezembro de 2022	33.723	4.361	29.889	4.410	8.377	17.520	34.693	8.662	141.635

A Administração não identificou indicadores de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)			

Softwares e outros

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos.

Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios

O ágio (“goodwill”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2021	46.596	139.547	34.642	5.446	6.585	232.816
Adições	15.856	-	-	-	-	15.856
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Em 31 de dezembro de 2021	62.401	139.547	34.642	5.446	6.585	248.621
Adições	13.623	-	-	-	-	13.623
Em 31 de dezembro de 2022	76.024	139.547	34.642	5.446	6.585	262.244
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2021	(20.264)	-	(15.857)	(3.710)	(6.307)	(46.138)
Amortização	(2.823)	-	(7.517)	(922)	(145)	(11.407)
Em 31 de dezembro de 2021	(23.087)	-	(23.374)	(4.632)	(6.452)	(57.545)
Amortização	(2.920)	-	(7.518)	(365)	(54)	(10.857)
Em 31 de dezembro de 2022	(26.007)	-	(30.892)	(4.997)	(6.506)	(68.402)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2021	39.314	139.547	11.268	814	133	191.076
Em 31 de dezembro de 2022	50.017	139.547	3.750	449	79	193.842

	Consolidado					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 01 de janeiro de 2021	46.626	160.160	85.964	13.910	6.452	313.112
Aquisição de controladas	15.765	327.374	141.315	20.553	-	505.007
Adições	16.682	-	-	-	-	16.682
Baixas	(51)	-	-	-	-	(51)
Transferências	30	-	-	-	-	30
Em 31 de dezembro de 2021	79.052	487.534	227.279	34.463	6.452	834.780
Adições	15.259	-	-	-	-	15.259
Em 31 de dezembro de 2022	94.311	487.534	227.279	34.463	6.452	850.039
<i>Amortização:</i>						
Em 01 de janeiro de 2021	(20.264)	-	(21.493)	(4.419)	(6.307)	(52.483)
Amortização	(4.110)	-	(37.385)	(5.652)	(145)	(47.292)
Em 31 de dezembro de 2021	(24.374)	-	(58.878)	(10.071)	(6.452)	(99.775)
Amortização	(5.575)	-	(45.174)	(6.062)	-	(56.811)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.949)	-	(104.052)	(16.133)	(6.452)	(156.586)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2021	54.678	487.534	168.401	24.392	-	735.005
Em 31 de dezembro de 2022	64.362	487.534	123.227	18.330	-	693.453

Teste de recuperabilidade do ativo intangível (“impairment”)

A Administração avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, não sendo identificado nenhum indicador de perda por redução ao valor recuperável.

De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - *Impairment of Assets*) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que existe somente uma única UGC em sua operação, devido à similaridade de operações, similaridade na funcionalidade dos ativos, similaridade nas premissas para projeção de resultados, sinergia entre as operações e, principalmente, uma gestão centralizada do caixa entre as operações.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

(i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro: 13,5% a.a. (13,9% a.a. em 2021).

Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros. O risco específico é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

(ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,3%.

(iii) Crescimento de receita: no período de 2023 a 2026, a taxa de crescimento da receita de 11,8% a.a. (19,0% a.a. em 2021) foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn) e a sinergia das aquisições de empresas.

(iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.

(v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto
- (ii) Crescimento na perpetuidade

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);
- (iii) Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus).

Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- (i) Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações;
- (ii) Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da

perpetuidade de 30,0% este crescimento passa dos 3,3% originalmente considerados para 2,3% o que praticamente não consideraria crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável.

Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 2022 e 2021.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos

11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
% - Taxa ao ano		2022	2021	2022	2021
Capital de giro	CDI + 1,9% a 3,0% e pré-fixada de 13%	196.127	100.464	198.788	100.464
Debêntures	CDI + 2,75%	301.295	269.943	301.295	273.954
FIDC (a)		11.325	-	-	-
Outros	pré-fixada de 0,77% a 8,70%	11.989	-	11.989	54
		520.736	370.407	512.072	374.472
Custos de transação		(1.807)	(1.486)	(1.807)	(1.486)
		518.929	368.921	510.265	372.986
Circulante		30.399	41.890	20.605	43.298
Não circulante		488.530	327.031	489.660	329.688

(a) Refere-se a obrigação da Companhia em pagar pelos direitos creditórios de fornecedores que foram cedidos ao FIDC. O saldo a pagar da Controladora é eliminado contra o contas a receber do FIDC durante o processo de consolidação das demonstrações financeiras.

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2024	72.178	73.308
2025	172.335	172.335
2026	135.246	135.246
2027	108.771	108.771
	488.530	489.660

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	196.128	198.789
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	301.295	301.295

Os contratos de capital de giro estabelecem obrigações restritivas (“Covenants”), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2022 em diante.

As debêntures emitidas ao final do ano de 2022 estabelecem praticamente os mesmos Covenants acordados para os contratos de capital de giro, entretanto, no caso dos índices financeiros, temos a necessidade de observar o não atingimento em 2 períodos consecutivos ou 3 períodos alternados dentro de um intervalo de 12 meses, bem como, a relação indicada pelo índice Dívida Líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 3,0x ao final do exercício de 2022 e 2,5x ao final do exercício de 2023 em diante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos.

11.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de *equity swap* existentes, vinculados ao contrato de recompra de ações, são mensurados ao valor justo. Os valores apurados no final do período podem ser assim apresentados:

Valor nacional	Valor justo		
	Ponta ativa a receber	Ponta passiva (a pagar)	Líquido a receber / (a pagar)
9.911	2.839	(11.317)	(8.478)
20.113	5.892	(22.954)	(17.062)
10.001	2.949	(11.281)	(8.332)
4.868	1.824	(5.432)	(3.608)
2.996	1.398	(3.292)	(1.894)
	14.902	(54.276)	(39.374)

O valor justo é apresentado no passivo circulante dado que a liquidação financeira é esperada para julho de 2023.

12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos

Caminhões: 5 anos

Sistemas de monitoramento: 5 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.4.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o período:

		Controladora				
Vida útil (anos)	2021	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2022	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	214.735	29.665	(84)	(38.806)	205.510
Caminhões	5	146	52.937	-	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	-	(283)	539
		215.734	82.571	(84)	(41.911)	256.310

		Controladora				
Vida útil (anos)	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	2021	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	185.1388	62.140	(234)	(32.310)	214.735
Caminhões	5	438	-	-	(292)	146
Sistemas de monitoramento	5	1.223	(72)	-	(298)	853
		186.799	62.068	(234)	(32.899)	215.734

		Consolidado				
Vida útil (anos)	2021	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2022	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	256.054	86.982	(9.380)	(66.055)	267.601
Caminhões	5	146	52.937	-	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	-	(283)	539
		257.053	139.888	(9.380)	(69.160)	318.401

		Consolidado					
Vida útil (anos)	31/12/2020	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	2021	
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	226.504	23.815	65.342	(2.093)	(57.021)	256.547
Caminhões	5	438	-	-	-	(292)	146
Sistemas de monitoramento	5	1.223	-	(72)	-	(791)	360
		228.165	23.815	65.270	(2.093)	(58.104)	257.053

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o

valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Fluxo nominal	421.013	501.977
(-) Juros embutidos	(120.074)	(132.603)
(=) Passivo de arrendamento	300.939	369.374
Circulante	51.262	81.189
Não circulante	249.677	288.185

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24.

Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2024	45.754	62.173
2025	46.186	54.054
2026	39.930	46.057
2027	31.597	36.109
De 2028 em diante	86.210	89.792
	249.677	288.185

Taxa incremental

Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos. A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

13. Fornecedores e Outros passivos

13.1 Fornecedores e operações de risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	34.151	41.269	41.054	69.495
Risco sacado (a)	114.135	85.258	141.353	106.035
	148.286	126.527	182.407	175.530

- (a) A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores de fretes a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Companhia ampliou sua oferta para fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros. Apesar do aumento do volume disponibilizado a Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

13.2 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para custos e perdas operacionais	19.083	28.074	11.694	21.612
Provisão de bônus e participação nos lucros	755	2.912	755	2.912
Provisão para benefícios a funcionários	144	2.513	144	3.130
Outras provisões de custo/despesa	-	241	-	429
	19.982	33.740	12.593	28.083
Passivo circulante	19.982	33.740	12.441	27.862
Passivo não circulante	-	-	152	221

14. Obrigações trabalhistas e tributárias

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários a pagar	5.848	5.501	11.684	12.322
Provisão para férias e 13º salário	14.701	13.372	24.813	25.012
Encargos sociais	9.899	4.326	14.509	7.699
Impostos federais sobre a receita	40.125	35.035	56.188	46.329
Impostos federais sobre serviços de terceiros	4.576	1.747	6.444	2.860
IRPJ e CSLL	4.979	4.265	8.961	5.999
Processos trabalhistas a pagar	93	95	948	1.165
Parcelamento dos impostos (a)	9.177	10.464	65.021	84.394
	89.398	74.805	188.568	185.780
Circulante	83.844	67.500	149.100	121.926
Não circulante	5.554	7.305	39.468	63.854

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos estaduais e certos impostos federais. As controladas já haviam aderido a planos de parcelamentos tributários ordinários e simplificados antes da aquisição pela Companhia. A abertura do saldo por imposto pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	4.761	5.260	39.558	49.921
ICMS	2.944	3.487	10.348	14.007
IPTU	-	-	1.354	1.871
IRPJ e CSLL	1.472	1.717	1.872	4.685
INSS	-	-	10.275	12.032
Outros	-	-	1.614	1.878
Total	9.177	10.464	65.021	84.394

15. Provisões para demandas judiciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Perdas prováveis	3.991	5.177	33.961	31.653
Passivos contingentes	3.265	11.532	75.440	164.406
	7.256	16.709	109.401	196.059

15.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera a perda histórica (condenações e acordos homologados) e a totalidade das ações em andamento, independente da estimativa de perda, por isso, não há valores de perda possível de natureza trabalhista a divulgar.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	6.270	94	-	6.364
Pagamento de processos	(4.438)	-	-	(4.438)
Complemento/(reversão) de provisão	2.745	506	-	3.251
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.577	600	-	5.177
Pagamento de processos	(2.828)	-	-	(2.828)
Complemento/(reversão) de provisão	1.422	220	-	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.171	820	-	3.991
	Consolidado			

	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	10.246	4.133	684	15.063
Pagamento de processos	(5.420)	-	-	(5.420)
Adição de provisão - aquisição da Plimor	5.858	9.509	32	15.399
Adição de provisão - aquisição da Prime	2.554	3.781	1.041	7.376
Complemento/(reversão) de provisão	2.612	(3.260)	(117)	(765)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.850	14.163	1.640	31.653
Pagamento de processos	(7.828)	-	-	(7.828)
Complemento/(reversão) de provisão	(582)	5.407	5.311	10.136
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.440	19.570	6.951	33.961

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2022, são partes em aproximadamente 1.140 reclamações trabalhistas (714 em 31 de dezembro de 2021) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues.

Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS.

15.2. Passivos contingentes

Mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação, o adquirente deve reconhecer, na

data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, de acordo com CPC 15 - Combinação de Negócios.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos possíveis oriundos do processo de aquisição das adquiridas apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	13.749	13.749
Prescrição	-	-	(2.217)	(2.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	11.532	11.532
Prescrição	-	-	(8.267)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	3.265	3.265

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	2.262	-	53.679	55.941
Adição de provisão - aquisição da Plimor	4.222	6.446	87.580	98.248
Adição de provisão - aquisição da Prime	8.235	-	27.471	35.706
Prescrição	(1.178)	10	(24.321)	(25.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.541	6.456	144.409	164.406
Prescrição	(10.523)	(724)	(77.719)	(88.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.018	5.732	66.690	75.440

15.3. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cível	9.144	4.453	26.207	18.442

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$655.649 (R\$653.872 em 31 de dezembro de 2021), composto por 140.287.686 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (139.431.109 em 2021), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

	Ações	Participação
Administradores e conselheiros	25.454.594	18,14%
Ações em circulação	114.833.092	81,86%
Saldo em 31 de dezembro de 2022	140.287.686	100%

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R\$	Ações
31 de janeiro de 2022 (a)	56	24.712
9 de março de 2022 (a)	401	174.444
24 de março de 2022 (a)	624	268.558
13 de junho de 2022 (a)	665	371.650
28 de setembro de 2022 (a)	31	17.213
	1.777	856.577

(a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$3.000.000 por deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

16.2. Reservas de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$9.969 foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2022, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$18.616.

Distribuição de lucros

Em 2022 e 2021, a Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros acumulados e não distribuiu Juros sobre capital próprio.

Segundo o Estatuto Social, o lucro líquido anual terá a seguinte destinação:

- (a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação na constituição da Reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- (b) 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela Reserva legal e demais hipóteses previstas em Lei será assegurado aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório;
- (c) Uma parcela, por proposta da Administração, poderá ser destinada para a formação de Reserva de contingência; e
- (d) O saldo remanescente terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Quando aplicável, a destinação do lucro líquido será aprovada pela Assembleia Geral. Em 2022, como não foi apresentado lucro líquido, o prejuízo será somado aos prejuízos acumulados.

16.3. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos, administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações.

O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica “despesas com pessoal”) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

Em 31 de julho de 2017, o Conselho de Administração da Sequoia Log S.A. reuniu-se para estabelecer e aprovar o Plano 4 de outorga de opções, indicando os colaboradores que receberam opções de compra ações da Sequoia Log S.A. e a quantidade total a ser distribuída.

Em AGE de 31 de dezembro de 2018, em conjunto com a aprovação da reorganização societária, foi aprovada a substituição ao Plano 4 de outorga de opção de compra de ações da Sequoia Log S.A. pelo Plano 1 de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizados a tomar as medidas necessárias para a implantação do Plano ora aprovado.

As opções outorgadas sob o Plano 4 da Sequoia Log S.A. serão honradas, agora pela Companhia sob o Plano 1, cabendo ao Conselho de Administração promover a substituição de tais opções por novas opções sob o Plano da Companhia, promovendo os ajustes eventualmente necessários para manutenção dos direitos dos respectivos Beneficiários.

Os demais planos em nome da Sequoia Log S.A. (Planos 1, 2 e 3) foram automaticamente cancelados.

Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções (“Preço de Exercício”), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor (CDI) desde a data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano.

As principais características do plano são as seguintes:

Detalhes	Plano 1
Data de início (primeira outorga)	31/07/2017
Quantidade de opções	332.806.243
Preço de exercício - R\$	R\$0,03
Volatilidade anualizada média	40,98%
Prazo de maturidade estimado	4 anos

As características do Plano são as seguintes:

- (i) Período de *vesting* - quatro anos, a partir do primeiro aniversário da celebração do respectivo contrato de outorga com cada beneficiário, sendo que 25% do lote de opção fica *vested* a cada ano.
- (ii) Preço de exercício - o preço de exercício será atualizado por CDI a partir da data de cada tranche até data de notificação do interesse de exercer a opção de compra.
- (iii) Período de *lock-up* - todos os beneficiários ainda estão em período de *lock-up*, contados 180 dias a partir do evento de oferta pública de ações, realizado pela Sequoia em 6 de outubro de 2020.
- (iv) Prazo extintivo - em caso de término do vínculo empregatício, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*, caso esse término ocorra após o segundo ano do aniversário de assinatura do contrato de outorga.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“*constructive obligation*”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção. O valor justo das opções de característica de “tempo de permanência do executivo” foi calculado com base no modelo de avaliação contínuo de Black & Scholes.

As principais informações relativas ao **Plano 1** estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2022						Quantidade de opções				
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	jul/17	jul/18	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,83	3.143.850	2.330.152	813.698	-	-
2	mar/18	mar/19	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,62	1.353.699	1.102.190	251.509	-	-
3	mar/19	mar/20	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,62	1.928.271	1.073.202	548.818	306.251	-
4	jun/19	jun/20	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,62	475.437	356.577	-	118.860	-
5	nov/19	nov/20	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,38	494.240	-	-	494.240	370.680
6	jan/20	jan/21	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,36	98.848	49.424	-	49.424	-
7	fev/20	fev/21	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,36	172.984	86.492	-	86.492	-
8	jun/20	jun/21	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,36	98.848	49.424	49.424	-	-
9	ago/20	ago/21	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,44	51.894	34.596	-	17.298	172
10	set/20	set/21	jul/23	R\$ 1,79	R\$ 0,44	88.963	-	-	88.963	59.605
						7.907.034	5.082.057	1.663.449	1.161.528	430.457

31 de dezembro de 2021						Quantidade de opções				
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	Jul/17	Jul/18	Jul/23	R\$1,79	R\$0,83	3.143.850	2.330.152	813.698	-	-
2	Mar/18	Mar/19	Jul/23	R\$1,79	R\$0,62	1.353.699	935.746	205.275	212.678	-
3	Mar/19	Mar/20	Jul/23	R\$1,79	R\$0,62	1.928.271	611.811	522.425	794.035	155.135
4	Jun/19	Jun/20	Jul/23	R\$1,79	R\$0,62	475.437	237.718	-	237.719	-
5	Nov/19	Nov/20	Jul/23	R\$1,79	R\$0,38	494.240	-	-	494.240	247.120
6	Jan/20	Jan/21	Jul/23	R\$1,79	R\$0,36	98.848	24.712	-	74.136	-
7	Fev/20	Fev/21	Jul/23	R\$1,79	R\$0,36	172.984	43.246	-	129.738	-
8	Jun/20	Jun/21	Jul/23	R\$1,79	R\$0,36	98.848	24.712	-	74.136	-
9	Ago/20	Ago/21	Jul/23	R\$1,79	R\$0,44	51.894	17.383	-	34.511	259
10	Set/20	Set/21	Jul/23	R\$1,79	R\$0,44	88.963	-	-	88.963	30.247
						7.907.034	4.225.480	1.541.398	2.140.156	432.761

Em AGE de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**Plano 2**”), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 2 de junho de 2021, foi aprovado o Primeiro Programa de Opções de Compra de ações no âmbito do Plano 2 (“Primeiro Programa”). Em 9 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e no Primeiro Programa e que em decorrência dessas alterações, as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram realizadas visando substituir as outorgas revogadas.

As principais características do Primeiro Programa são as seguintes:

Limite de 5% do total de ações ordinárias

Período de *vesting*: 25% no primeiro aniversário, 25% no segundo aniversário, 25% no terceiro aniversário e 25% no quarto e último aniversário.

Preço de exercício: R\$5,15

Prazo extintivo: 6 anos a partir da data de outorga ou em caso de término do vínculo empregatício por vontade do beneficiário, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*; em caso de desligamento por vontade da Companhia por justa causa, as opções serão consideradas automaticamente extintas; em caso de desligamento por vontade da Companhia sem justa causa, o beneficiário terá 6 meses para o exercício das opções *vested*.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“*constructive obligation*”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção, considera o “tempo de permanência do executivo” e utilizou-se o modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes*. A substituição das outorgas gerou impactos no aumento do valor justo das opções, dado que ocorreu benefício aos outorgados, conforme previsto pelo CPC 10 – Pagamento base em ações.

As principais informações relativas ao **Plano 2** estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2022						Quantidade de opções				
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	set/22	set/22	set/28	R\$5,15	R\$3,32	4.110.000	-	-	4.110.000	-
						4.110.000	-	-	4.110.000	-

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1		Plano 2		Total
	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Opções
Em 1º de janeiro de 2021	1,79	6.235.594	-	-	6.235.594
Exercidas	2,17	(3.993.795)	-	-	(3.993.795)
Expiradas	1,79	(101.643)	-	-	(101.643)
Em 31 de dezembro de 2021	1,79	2.140.156	-	-	2.140.156
Outorgadas	-	-	5,15	4.110.000	4.110.000
Exercidas	2,19	(856.577)	-	-	(856.577)
Expiradas	1,79	(122.051)	-	-	(122.051)
Em 31 de dezembro de 2022	1,79	1.161.528	5,15	4.110.000	5.271.528

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada no resultado da Controladora em 2022 foi de R\$2.592 (R\$396 no mesmo período de 2021).

16.4. Resultado por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2022	2021
Prejuízo do exercício	(106.872)	(17.861)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	140.011	135.524
Prejuízo básico por ação - em R\$	(0,76331)	(0,13179)

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 5.288.741 ações (2.140.156 ações em 2021). Devido ao fato da Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro 2022, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo diluído	
	2022	2021
Prejuízo do exercício	(106.872)	(17.861)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	140.011	135.524
Prejuízo diluído por ação - em R\$	(0,76331)	(0,13179)

17. Receita operacional líquida

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de

forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prestação de serviço de operação logística e transporte	1.538.036	1.104.082	2.145.989	1.808.895
Impostos incidentes	(241.682)	(166.673)	(341.666)	(288.538)
	1.296.354	937.409	1.804.323	1.520.357

18. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos.

A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Gastos com:				
Distribuição e transporte (a)	(719.314)	(508.567)	(1.078.466)	(882.828)
Pessoal	(263.857)	(228.436)	(439.121)	(381.076)
Depreciação e amortização	(17.493)	(18.909)	(87.137)	(82.609)
Amortização - direito de uso	(41.912)	(32.899)	(69.159)	(52.801)
Vendas	(32.970)	(20.449)	(39.419)	(30.000)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(68.941)	(4.164)	(73.541)	(410)
Gerais e administrativas	(57.064)	(41.187)	(74.821)	(68.291)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	6.625	(1.034)	78.830	26.254
Serviços de terceiros	(25.527)	(19.758)	(28.089)	(34.460)
	(1.220.453)	(875.403)	(1.810.923)	(1.506.221)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(971.809)	(729.086)	(1.490.718)	(1.253.942)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(248.644)	(146.317)	(320.205)	(252.279)
	(1.220.453)	(875.403)	(1.810.923)	(1.506.221)

(a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.

19. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ajuste de preço (a)	5.942	(6.532)	5.942	(6.532)
Venda de investimento (vide nota 8.2)	13.732	-	13.732	-
Outras despesas e receitas (b)	39.056	12.363	55.430	41.356
	58.730	5.831	75.104	34.824

(a) Em 2022, refere-se a ajuste de preço da aquisição da YEP, conforme nota 8 e, em 2021, refere-se a ajuste de preço da aquisição da Transportadora Americana, ambos formalizados após 12 meses da data de aquisição do investimento.

(b) Em 2022, refere-se, a créditos tributários extemporâneos oriundos do recálculo do INSS, conforme nota 7, e resultado líquido da venda de ativos, salvados e etc. Em 2021, refere-se, a redução de multa e juros em negociação de impostos que se encontravam em aberto desde períodos anteriores da aquisição da Prime pela Direcional.

20. Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Despesas financeiras:</u>				
Juros sobre passivo de arrendamento	(29.830)	(26.242)	(36.314)	(32.947)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69.773)	(28.397)	(70.209)	(30.766)
Juros sobre contas a pagar por aquisição de investimentos	(5.318)	(2.895)	(12.281)	(5.097)
Resultado líquido de instrumentos financeiros (swap)	(41.595)	(6.442)	(41.595)	(6.442)
Juros sobre atualização tributária e outros passivos	(23.667)	(4.589)	(33.312)	(6.260)
Juros s/ antecipação de recebíveis	(12.614)	(1.091)	(12.705)	(1.162)
Outras despesas financeiras	(2.327)	(6.199)	(4.703)	(11.067)
	(185.124)	(75.855)	(211.119)	(93.741)
<u>Receitas financeiras:</u>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.683	9.526	7.954	9.592
Atualização sobre créditos tributários	5.230	2.097	7.835	2.097
Descontos obtidos	788	1.096	1.485	3.923
Outras receitas financeiras	511	1.698	1.496	2.640
	14.212	14.417	18.770	18.252
	(170.912)	(61.438)	(192.349)	(75.489)

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	66.664	67.725	66.664	67.725
Provisão para demandas judiciais	1.605	1.893	11.660	15.521
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	11.675	2.217	15.371	3.485
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	15.617	9.789	36.950	17.870
Diferenças Temporárias - Ágio fiscal	(29.522)	(25.928)	(40.442)	(28.658)
Passivo de arrendamento	14.855	9.478	18.107	11.542
Instrumentos financeiros derivativos	13.387	2.361	13.387	2.361
Crédito extemporâneo	(4.178)	(2.575)	(8.854)	(2.913)
Outros	-	86	-	113
	90.103	65.046	112.843	87.046

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	65.046	54.481	87.046	59.270
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.061)	1.815	(1.061)	1.815
Diferenças temporárias	26.118	8.750	26.858	9.947
	25.057	10.565	25.797	11.762
Movimentações patrimoniais:				
Diferenças temporárias	-	-	-	16.014
	-	-	-	16.014
Saldo final	90.103	65.046	112.843	87.046

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos impostos	(131.215)	(28.426)	(131.955)	(27.506)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	44.613	9.665	44.865	9.352
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(26.969)	(5.831)	(2.091)	(332)
Plano de pagamento baseado em ações	(881)	(135)	(881)	(135)
Reserva de incentivos fiscais	6.330	3.937	9.992	3.937
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	-	-	(28.581)	(10.416)
Gastos com emissões de ações	-	3.012	-	3.012
Outras diferenças permanentes	1.250	(83)	1.779	4.227
Efeito no resultado	24.343	10.565	25.083	9.645
Imposto de renda e contribuição social corrente	(714)	-	(714)	(2.116)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.057	10.565	25.797	11.761
Taxa efetiva	19%	37%	19%	34%

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos. Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2022 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	314	314
2024	8.030	8.030
2025	14.295	14.295
2026	22.048	22.048
2027	21.977	21.977
	66.664	66.664
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias (a)	23.439	46.179
	90.103	112.843

- (a) Esses impostos são constituídos visando fazer frente a transações específicas que não possuem prazo específico para o início de sua utilização, como por exemplo, dependem da incorporação de empresas ou da liquidação de processos tributários, motivo pelo qual não constam na realização anual.

As projeções consideram as seguintes principais premissas:

- (i) Projeção de fluxo de caixa para 10 anos.
- (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento da receita de 11,6% ao ano no período de 2023 a 2027 (13,1% ao ano em 2021) é estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn) e a sinergia das aquisições de empresas.
- (iii) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da Companhia, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.

A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário:

- (i) Manutenção do crescimento na prestação de serviços de clientes que operam no mercado de e-commerce, o qual encontra-se em expansão;
- (ii) Manutenção do crescimento na prestação de serviços em novas regiões geográficas e novas áreas de atuação, cujo conhecimento foi obtido através da aquisição de empresas;
- (iii) Redução dos encargos financeiros apropriados ao resultado com a amortização dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures;
- (iv) Estabilização das operações e ganho de sinergia nas operações das empresas adquiridas, resultando numa maior rentabilidade financeira;
- (v) Desconcentração de clientes que operam em ramos cujos negócios foram afetados de forma negativa pela pandemia do COVID 19 e focando esses esforços em clientes cujos negócios foram afetados de forma positiva pela pandemia do COVID 19;
- (vi) Manutenção da estratégia de baixo investimento em ativo fixo; e
- (vii) Ganho de produtividade e redução de mão de obra com o contínuo investimento em automação.

O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

Num cenário de piora de 5% dos índices de inflação e redução de 30% do crescimento de receita, a Companhia realiza o ativo fiscal diferido em 6 anos (até 2028).

22. Transações com partes relacionadas

Transações comerciais

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

	Controladora		
	Passivo	Passivo	Custo
	Fornecedores	Outros passivos	
Transportadora Americana	88	14.308	(1.853)
Direcional	-	-	(302)
Plimor	-	-	(2.494)
	88	14.308	(4.649)

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Despesas administrativas
Transportadora Americana	13.611	(9.638)	372
Direcional	-	-	2.380
Plimor	-	-	896
	13.611	(9.638)	3.648

Transações financeiras

A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Transportadora Americana	-	(13.047)	-
Direcional	-	(34.198)	-
Frenet	-	(2.010)	-
	-	(49.255)	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2022	2021
Remuneração direta	8.078	9.101
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	2.426	766

23. Cobertura de seguros

Descrição da cobertura	Cobertura em R\$
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou Inundação	194.042
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	45.796
Lucros cessantes	41.580
Responsabilidade civil	142.397
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	25.000
Perda ou pagamento de aluguel	10.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (sprinklers) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	12.859
Danos elétricos	1.000
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Tumulto, greve ou lock-out	100
Quebra de vidros e anúncios luminosos	200
Recomposição de registros ou documentos	100

Os veículos possuem seguro com cobertura de 100% do valor do veículo considerado na tabela FIPE.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	354.125	(1.817)	197.173	549.481
Fluxos de caixa	(154.667)	-	(27.380)	(182.047)
Juros pagos	(26.074)	-	(12.195)	(38.269)
Juros provisionados	26.540	1.856	26.242	54.638
Novos arrendamentos	-	-	62.068	62.068
Novas captações	170.483	(1.525)	-	168.958
Baixas	-	-	(469)	(469)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	370.407	(1.486)	245.439	614.360
Fluxos de caixa	(476.158)	-	(36.689)	(512.847)
Juros pagos	(63.814)	-	(19.243)	(83.057)
Juros provisionados	67.708	2.065	29.830	99.603
Novos arrendamentos	-	-	82.571	82.571
Novas captações	622.594	(2.386)	-	620.208
Baixas	(1)	-	(969)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	520.736	(1.807)	300.939	819.868

	Consolidado			
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	358.919	(1.817)	242.019	599.121
Aquisição de controlada	46.626	-	25.938	72.564
Fluxos de caixa	(199.562)	-	(49.276)	(248.838)
Crédito de consórcios não contemplados	(4.816)	-	-	(4.816)
Juros pagos	(26.738)	-	(18.839)	(45.577)
Juros provisionados	28.233	1.856	32.947	63.036
Novos arrendamentos	-	-	65.270	65.270
Baixas	171.810	(1.525)	-	170.285
Novas captações	-	-	(2.927)	(2.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.472	(1.486)	295.132	668.118
Fluxos de caixa	(477.572)	-	(60.237)	(537.809)
Juros pagos	(64.240)	-	(26.072)	(90.312)
Juros provisionados	68.144	2.065	36.314	106.523
Novos arrendamentos	-	-	139.888	139.888
Novas captações	611.269	(2.386)	-	608.883
Baixas	(1)	-	(15.651)	(15.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	512.072	(1.807)	369.374	879.639

25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ajuste de preço por aquisição de controlada	5.942	-	5.942	-
Novos contratos de arrendamento	82.571	62.069	139.888	65.270
Contingências de caráter indenizatório	(663)	(1.090)	7.917	3.797
Ajuste de valor justo da Direcional	-	-	-	(2.319)
Amortização de empréstimos com créditos de consórcios não contemplados	-	4.816	-	(1.080)

26. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.
